



Presidência da República

Secretaria de Direitos Humanos

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar

CEP: 70308-200 • Brasília – DF

Fone: (61) 2027-3245 / 2027-3219 Fax: (61) 2025-9967 • E-mail: conade@sdh.gov.br

ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 Do quinto ao sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, realizou-se
2 a nonagésima quarta reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
3 com Deficiência. **Período matutino do quinto dia de novembro de dois mil e**
4 **quatorze.** Presença dos conselheiros e conselheiras: Conselhos Municipais, a titular
5 Célia Regina Saldanha Diniz; Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo N.
6 Lopes de Souza; Ministério da Saúde, a suplente Flavia da Silva Tavares; Ministério
7 das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das
8 Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira; Ministério do Desenvolvimento
9 Social e Combate à Fome, a titular Elyria Bonetti Yoshida; Ministério do Esporte, a
10 titular Eidilamar Fátima da Silva; Ministério do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda
11 Maria P. Di Cavalcanti; Ministério dos Transportes o titular Rodrigo Marques de
12 Oliveira; Secretaria de Direitos Humanos, a suplente Laíssa da Costa Ferreira;
13 Secretaria de Política para as Mulheres, a suplente Thays de Souza Nogueira;
14 Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de Albuquerque;
15 Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior;
16 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do
17 Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Associação
18 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas
19 Idosas e com Deficiência – AMPID, o titular Waldir Macieira da Costa Filho;
20 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais – CBDV, o titular Jose
21 Antonio Ferreira Freire; Confederação Nacional do comércio – CNC, o titular Janilton
22 Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular
23 Osvaldo Luiz Valinote; Federação Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de
24 Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero; Federação
25 Nacional das Apaes – FENAPAE, o titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente
26 Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional das Associações Pestalozzi, a titular
27 Liazair Alexandre Cassin; Federação Nacional das Avapes – FENAVAPE, a titular
28 Sheila Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular Joaquin
29 Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, o titular Moisés
30 Bauer Luiz; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF, a
31 titular Carmen Lucia Lopes Fogaça. Ausências Justificadas: Ministério das Relações
32 Exteriores; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS.
33 Ausências: Conselhos Estaduais; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da
34 Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação; Ministério da Cultura;
35 Ministério da Justiça; Ministério do Turismo; Academia Brasileira de Neurologia; Central
36 Única dos Trabalhadores – CUT; Federação das Associação de Renais e
37 Transplantados do Brasil – FARBRA; Federação Brasileira das Associações de
38 Síndrome de Down. Às 9h25 teve início a 94ª Reunião Ordinária do Conade. Com a
39 chamada regimental, foi verificado que havia quórum para abertura e deliberação e foi
40 aprovada a ata da 93ª Reunião ordinária, com sugestão de adendo pela Comissão de

41 Acompanhamento, Elaboração e Análise de Atos Normativos (CAN). Após debate com
42 o Conselheiro Pedro Loss, o coordenador da CAN, Waldir Macieira, retirou o pedido de
43 adendo. Foi lida a pauta da 94ª Reunião Ordinária e o Conselheiro Pedro Loss propôs
44 a inclusão de um item de pauta, dando apoio à Política Nacional de Participação Social.
45 Seguiu-se uma discussão a respeito da inclusão ou não do item de pauta. Ficou
46 deliberado que o Conselheiro Pedro Loss prepararia um texto relativo ao tema cujo
47 conteúdo seria apreciado pela Plenária. Seguiu-se o relatório da Comissão de
48 Orçamento e Finanças (COF), cujo único item foi o balanço do Plano Viver sem Limite.
49 Por falta de subsídios, a COF se declarou impossibilitada de lidar com essa pendência.
50 Reiteraram o pedido de atualização dos dados de execução financeira do Plano Viver
51 sem Limite, que vem sendo solicitado desde abril de 2014 por meio de ofícios à Casa
52 Civil. Aprovado o relatório da COF, foi apresentado o relatório da CAN. O primeiro item
53 foi a inclusão de um trecho na ata da 92ª Reunião Ordinária, a pedido do Movimento
54 Cidade para Todos e do Movimento Visibilidade Cegos Brasil, acrescentando detalhes
55 sobre a solicitação dos movimentos em relação ao Decreto 7.133/2010. O segundo
56 item de pauta foi a solicitação de arquivamento do Marco Legal de Conselhos, tendo
57 em vista o fato do Plano Nacional de Participação Social ter sido derrubado pela
58 Câmara de Deputados. O conselheiro Rubens Gil, a Conselheira Célia Regina
59 Saldanha Diniz, o Conselheiro Isaías Dias e o Conselheiro Pedro Loss se manifestaram
60 contra o arquivamento do projeto e solicitaram a volta do documento a Comissão de
61 Articulação de Conselhos (CAC) para que sejam feitas as modificações cabíveis na
62 nova conjuntura. Houve consenso com relação ao retorno da matéria à CAC e ficou
63 assim deliberado. Dando sequência ao relatório da CAN, o terceiro item foi o passe
64 livre aéreo. Foi relatada a reclamação contra a empresa Gol, que descumpriu a decisão
65 de disponibilizar dois assentos gratuitos para pessoas com deficiência. O
66 encaminhamento, aprovado pela Plenária, foi o envio de ofício à ANAC para que seja
67 cumprida a liminar judicial. O próximo item de pauta do relatório da CAN foi a questão
68 da acessibilidade nas eleições de 2014 e falta de treinamento dos mesários durante as
69 eleições. A sugestão de encaminhamento foi um ofício ao TSE solicitando atendimento
70 de qualidade as pessoas com deficiência durante as eleições, incluindo também os
71 programas de rádio e TV. O encaminhamento foi acatado pelo Pleno. O ponto seguinte
72 de pauta foi referente à publicação da consulta pública da norma técnica da ABNT que
73 trata de acessibilidade ao transporte coletivo, em particular dos ônibus. Foi aprovada a
74 inclusão do link para a consulta pública no site do Conade e o envio por email para os
75 conselheiros e conselheiras. A Plenária aprovou a decisão por unanimidade. O item de
76 pauta seguinte foi referente às novas datas dos editais de eleições do Conade. Foi
77 apresentada a sugestão do novo cronograma e seguiu-se o debate. O Conselheiro
78 Moisés Bauer propôs que a data da posse, tradicionalmente em fevereiro, fosse
79 transferida para março para propiciar mais tempo às entidades da sociedade civil
80 indicarem seus representantes. A Conselheira Carmen Fogaça propôs que as eleições
81 fossem adiantadas para o dia 5 de fevereiro, em vez da proposta da CAN, que sugeria
82 os dias 10 e 11 de fevereiro. A CAN expôs que o prazo ficaria muito curto para as
83 organizações estarem presentes para as eleições, tendo em vista que a proposta de
84 data para apresentação do resultado final seria 28 de janeiro. O Conselheiro Pedro
85 Loss propôs que as eleições ocorressem na semana seguinte à proposta e pediu
86 esclarecimento com relação à data de publicação do edital. O Coordenador-Geral do
87 Conade, Jorge Amaro, esclareceu que os editais seriam encaminhados imediatamente
88 e provavelmente seriam publicados já na semana seguinte. A Conselheira Rosângela
89 Santos da FARBRA propôs que a data da posse fosse adiada para março para
90 estender o cronograma. O Conselheiro Isaías Dias defendeu a data de 5 de fevereiro
91 para as eleições devido ao custo das passagens aéreas perto do carnaval. Expôs
92 preocupação com relação à posse em março devido à data da Conferência Nacional.
93 Ao final, foram destacadas as duas propostas para as eleições: 05/02/2015 ou
94 10/02/2015. A primeira proposta teve dez votos contra 11 votos para a segunda e três
95 abstenções. Assim, ficou aprovado em Plenária o seguinte cronograma: Envio de
96 documentos - 22/12/2014; Resultado preliminar - 16/01/2015; Envio de recursos -
97 22/01/2015; Resultado final - 28/01/2015; Eleições das entidades - 10/02/2015;

98 Eleições dos conselhos - 11/02/2015. A conselheira Laíssa da Costa indagou se o
99 edital estipula o prazo para que as entidades eleitas indiquem seus representantes. O
100 Conselheiro Waldir Macieira disse que é possível incluir esse prazo no edital e propôs o
101 prazo de 15 dias úteis. O Conselheiro Moisés Bauer propôs que a entidade indique no
102 dia mesmo da eleição, a exemplo de outros conselhos, que pedem indicação já no ato
103 da habilitação. Foi feita votação para deliberar a data da indicação do representante.
104 Foram contados oito votos para que fossem indicados na data da habilitação e dez
105 votos para que fossem indicados no dia da eleição. Ficou deliberado que no dia das
106 eleições fossem indicados os representantes, titular e suplente, com retificação do
107 edital. Essa deliberação foi dada como válida para ambos os editais, o de conselhos e
108 o de entidades. O último item de pauta da CAN foi o teto para compra de automóveis
109 com isenção tributária. Foi sugerida a elaboração de uma recomendação propondo a
110 retirada do teto. Após o debate, com posicionamentos a favor e contra a
111 recomendação, a Conselheira Fernanda Pessoa do Ministério do Trabalho e Emprego
112 (MTE) propôs que o teto não fosse retirado, mas sim reajustado. O Conselheiro Moisés
113 Bauer propôs que na recomendação fossem apresentadas duas sugestões, deixar sem
114 limite de teto ou o reajuste, a critério do Confaz, a quem compete decidir essa questão.
115 O Conselheiro Wilson Gomiero propôs que fosse reajustado o teto e que os que
116 quiserem comprar acima desse valor, que paguem o imposto proporcional ao do teto. A
117 proposta da Conselheira Fernanda recebeu 17 votos, a proposta do Conselheiro
118 Moisés Bauer recebeu cinco votos e a proposta do Conselheiro Wilson recebeu três
119 votos. Houve uma abstenção. Ficou deliberado que fosse redigida a recomendação
120 propondo o reajuste do teto. O último item da CAN foi o PL 1.178/2011, um projeto para
121 inserir as pessoas renais crônicas como pessoas com deficiência. A Conselheira
122 Fernanda Pessoa informou que a CAN está aguardando os pareceres técnicos a serem
123 enviados pela Conselheira Rosângela Santos da FARBRA. Aprovado o relatório da
124 CAN, foi iniciada a apresentação Coordenadora Geral de Relações Estudantis do
125 Ministério da Educação, Fabiana de Souza Costa, a respeito de acessibilidade na
126 educação superior. Ela citou os núcleos de acessibilidade nas universidades e seu
127 papel na execução do programa. Foi citado o orçamento, que é de 11 milhões para 59
128 universidades com 29 mil alunos e alunas matriculadas. Após o debate, foram
129 concluídos os trabalhos da manhã. **Período vespertino do quinto dia de novembro**
130 **de dois mil e quatorze.** Presença dos conselheiros e conselheiras: Casa Civil da
131 Presidência da República, a titular Milena Souto M. de Medeiros; Conselhos
132 Municipais, Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo N. Lopes de Souza;
133 Ministério da Saúde, a suplente Flavia da Silva Tavares; Ministério das Cidades, a
134 suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das Relações Exteriores, o titular
135 Carlos Fernando Gallinal Cueca; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
136 Fome, a titular Elyria Bonetti Yoshida; Ministério do Esporte, a titular Eidilamar Fátima
137 da Silva; Ministério do Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti;
138 Ministério dos Transportes o titular Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria de Direitos
139 Humanos, a suplente Laíssa da Costa Ferreira; Secretaria de Política para as
140 Mulheres, a suplente Thays de Souza Nogueira; ABRA, a titular Telma Maria V. de
141 Albuquerque; Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil
142 Junior; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do
143 Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss;
144 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das
145 Pessoas Idosas e com Deficiência – AMPID, o titular Waldir Macieira da Costa Filho;
146 Confederação Nacional do comércio – CNC, o titular Janilton Fernandes Lima;
147 Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz
148 Valinote; Federação Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de Esclerose
149 Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero; Federação Nacional das
150 Apaes – FENAPAE, o titular Adinilson Marins dos Santos; Federação Nacional das
151 Associações Pestalozzi, o titular Liazair Alexandre Cassin; Ordem dos Advogados do
152 Brasil – OAB, o titular Joaquin Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil
153 – ONCB, o titular Moises Bauer Luiz; Organização Nacional de Entidades de
154 Deficientes Físicos – ONEDEF, a titular Carmen Lucia Lopes Fogaça. Ausências

155 Justificadas: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS.
156 Ausências: Conselhos Estaduais, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação;
157 Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça; Ministério das
158 Comunicações; Ministério do Turismo; Academia Brasileira de Neurologia; Central
159 Única dos Trabalhadores – CUT; Confederação Brasileira de desportos de Deficientes
160 Visuais – CBDV; Federação das Associação de Renais e Transplantados do Brasil –
161 FARBRA; Federação Nacional das Avapes – FENAVAPE; Federação Brasileira das
162 Associações de Síndrome de Down. O período vespertino do primeiro dia da 94^a
163 Reunião Ordinária foi iniciado com a apresentação do relatório da CAC, no qual se
164 discutiu a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Foi proposto o
165 tema da transversalidade, em linha com a proposta das conferências conjuntas. Foram
166 apresentados também os eixos de trabalho da conferência, sendo eles: 1) o da
167 identidade, identidade de gênero e raça e diversidade sexual e geracionais, que
168 envolve as políticas relacionadas a mulheres, negros, negras, crianças, adolescentes,
169 juventude, idosos e idosas e LGBT; 2) Órgãos gestores e instâncias de participação
170 social, abordando as discussões com conselhos, entidades e órgão gestores; e 3)
171 Integração entre os poderes federados, compreendendo legislativo, executivo e
172 judiciário. Foi informado que, aprovado o tema, o próximo passo seria a formação de
173 uma comissão organizadora para elaborar o documento norteador e posteriormente
174 tratar de questões logísticas e de organização da conferência. Após debate, foi
175 aprovado, por unanimidade, o tema da conferência, bem como os eixos de trabalho e o
176 relatório da CAC. Em seguida, foi apresentado o relatório da Comissão de
177 Comunicação Social (CCS). O primeiro ponto do relatório foi a cartilha elaborada pelo
178 Ministério Público Federal, sob coordenação da SDH, voltada exclusivamente para
179 processos seletivos (concursos públicos e Enem) e pessoas com deficiência, boas
180 práticas em acessibilidade. Foi verificado que ela visa a garantir o direito das pessoas
181 com deficiência desde a fase de elaboração do edital até posse e o término do estágio
182 probatório. Foi aberto espaço para os conselheiros e conselheiras sugerirem
183 alterações, a serem enviadas ao grupo de trabalho responsável pela cartilha na
184 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O segundo
185 ponto foi a apresentação da versão preliminar do Conade Informa de novembro. O
186 relatório da CCS foi aprovado por unanimidade. Seguiram-se os informes, começando
187 pelo Conselheiro Moisés Bauer, que informou a respeito do primeiro curso de formação
188 de jovens lideranças pela ONCB em outubro de 2014 em João Pessoa. A Vice
189 Presidente do Conade, Ester Pacheco, informou que a Fenasp criou instâncias
190 estaduais em São Paulo e Amazonas e que acontecerá em novembro o 3º Encontro
191 Nacional de Dirigentes. A Conselheira Telma Viga da AMA informou que a AMA-
192 Amazonas realizará o Encontro Científico sobre Direitos da Pessoa com Transtorno do
193 Espectro do Autismo – TEA nos dias 25 e 26 de novembro de 2014. A Conselheira
194 Fernanda Pessoa do MTE informou sobre o andamento da ação que o MTE havia feito
195 contra o sindicato das empresas de navegação para autuar as empresa que não
196 cumpriram a cota das pessoas com deficiência. O Conselheiro Joaquim Santana da
197 OAB informou sobre as atividades do Encontro Nacional da OAB em relação à pauta
198 da pessoa com deficiência. O Conselheiro Pedro Loss indicou que estará disponível
199 para receber sugestões sobre o texto a ser apresentado em apoio ao PNPS. A ex-
200 Conselheira Naira Rodrigues informou sobre evento que acontecerá em Santos sobre a
201 luta antimanicomial e sobre o curso de novas lideranças realizado pelo Conselho
202 Municipal de Santos, que culminará na Conferência Municipal em junho de 2015.
203 Informou ainda sobre o caso das cadeiras de rodas anfíbias compradas pelo Governo
204 do Estado de São Paulo encontradas num ferro velho, apesar de estarem em bom
205 estado. Foi proposto que, como encaminhamento, o Conselho Municipal de Santos
206 envie ofício ao Conade levantando esse assunto. Na sequência, Maria das Graças
207 Parente Pinto e Antonia de Maria Firmina Souza do MTE apresentaram a RAIS
208 (Relação Anual de Informações Sociais), incluindo seus objetivos, características, etc.
209 Informaram que cerca de 8,2 milhões de estabelecimentos declaram a RAIS e os
210 dados foram divulgados em julho e agosto. Também foram informadas as rotinas de
211 captação da RAIS, bem como o aumento de 8,33% no número de pessoas que se

212 declararam pessoas com deficiência, representando um acréscimo de 27,5 mil
213 empregos. O total de vínculos empregatícios declarados como pessoa com deficiência
214 consta como 0,73%. Em 2013, os rendimentos médios das pessoas com deficiência
215 foram de R\$ 2.155,71, número ligeiramente menor que a média dos rendimentos do
216 total de vínculos formais (R\$ 2.265,71). Após o debate, foram encerrados os trabalhos
217 do primeiro dia da 94ª Reunião Ordinária. **Período matutino do sexto dia de**
218 **novembro de dois mil e quatorze.** Presença dos conselheiros e conselheiras:
219 Conselhos Estaduais, o titular Dylson Ramos Bessa Junior; Conselhos Municipais, a
220 titular Célia Regina Saldanha Diniz; Casa Civil da Presidência da República, a titular
221 Milena Souto M de Medeiros; Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira
222 Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o suplente Marcelo Leandro Ferreira;
223 Ministério das Relações Exteriores, a suplente Laura Berdine Santos Delamonica;
224 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a titular Elyria Bonetti
225 Yoshida; Ministério do Esporte, a titular Eidilamar Fátima da Silva; Ministério do
226 Trabalho e Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Ministério dos
227 Transportes o titular Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria dos Direitos Humanos, a
228 suplente Laíssa da Costa Ferreira; Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular
229 Telma Maria V. de Albuquerque e a suplente Maria do Carmo Tourinho; Associação
230 Brasileira de Ostromizados – ABRASO, o titular Rubens Gil Junior; Associação de Pais,
231 Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da
232 Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss; Associação Nacional
233 dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com
234 Deficiência – AMPID, o titular Waldir Macieira da Costa Filho; CNC, o titular Janilton
235 Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia – CONFEA, o titular
236 Osvaldo Luiz Valinote; Federação Brasileira de Associações Cívicas de Portadores de
237 Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero; Federação
238 Nacional das Apaes – FENAPAE, o titular Adinilson Marins dos Santos; Federação
239 Nacional das Associações Pestalozzi, o titular Lizair Alexandre Cassin; Ordem dos
240 Advogados do Brasil – OAB, o titular Joaquin Santana Neto; Organização Nacional de
241 Cegos do Brasil – ONCB, o titular Moises Bauer Luiz. Ausências Justificadas:
242 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF. Ausências
243 Justificadas: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS.
244 Ausências: Ministério da Ciência; Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura;
245 Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Ministério da Previdência Social;
246 Ministério da Saúde; Ministério do Turismo; Secretaria de Políticas para as Mulheres;
247 Academia Brasileira de Neurologia; Central Única dos Trabalhadores – CUT;
248 Confederação Brasileira de desportos de Deficientes Visuais – CBDV; Federação das
249 Associação de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA; Federação Brasileira das
250 Associações de Síndrome de Down. Feita a chamada regimental, os trabalhos se
251 iniciaram com a apresentação sobre acessibilidade do Ministério Público Federal. Foi
252 apresentado o workshop Todos Juntos por um Brasil mais Acessível, que tem como
253 objetivo implementar a resolução 81/2012/CNMP, que trata da acessibilidade
254 arquitetônica, atendimento prioritário, concursos públicos e formação de membros e
255 servidores em acessibilidade. A primeira etapa ocorreu no ano de 2013 para realizar o
256 diagnóstico, roteiros básicos e formação. Na segunda etapa, em andamento em 2014,
257 foram emitidos 315 certificados e um guia de atuação. A terceira etapa, a ser realizada
258 em 2015, consistirá em parcerias estaduais e municipais para implementar a
259 acessibilidade nas calçadas nas cidades. Foi mencionada também a Ação Nacional de
260 Educação Inclusiva, que inclui a formação em educação inclusiva e elaboração de guia
261 de atuação. Foi citado ainda o Programa Interdição Parcial é mais Legal, que consiste
262 em formação e campanha, mais cartilhas e curso sobre o reconhecimento da
263 capacidade legal. Seguiu-se o debate. O Conselheiro Osvaldo Valinote informou que o
264 CONFEA montou um grupo de trabalho para auxiliar os trabalhos de fiscalização na
265 área de engenharia sobre acessibilidade. O Conselheiro Janilton Lima perguntou a
266 respeito dos limites da interdição parcial. O Conselheiro Joaquim Santana mencionou o
267 trabalho do Ministério Público no Piauí e parabenizou o trabalho da palestrante. O
268 Conselho Raimundo Nonato mencionou o trabalho do comitê de acessibilidade no

269 Ministério da Previdência Social, além da adaptação do Ministério da Previdência
270 Social a respeito da interdição parcial. Após o debate, o Conselheiro Wilken Souto do
271 Ministério do Turismo apresentou o balanço do Programa Turismo Acessível. Foram
272 apresentados os estudos e pesquisas realizados na construção do programa e o site
273 turismo acessível, que serve para coletar avaliações sobre acessibilidade no turismo.
274 Foram 350 mil acessos ao site, mas apenas mil pessoas se cadastraram para avaliar e
275 muito poucas avaliações. Na época da Copa, apenas 1,4% dos quartos eram
276 acessíveis nas cidades sede. A mesma pesquisa será realizada em 2015 para verificar
277 se a meta de 5% estará mais próxima. Após o debate, às 13h encerram-se os trabalhos
278 da manhã. **Período vespertino do sexto dia de novembro de dois mil e quatorze.**
279 Presença dos conselheiros e conselheiras: Conselhos Estaduais, o titular Dylson
280 Ramos Bessa Junior; Conselhos Municipais, a titular Célia Regina Saldanha Diniz;
281 Casa Civil da Presidência da República, a titular Milena Souto M de Medeiros;
282 Ministério da Saúde, a suplente Flavia da Silva Tavares; Ministério das Cidades, a
283 suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; Ministério das Comunicações, o suplente
284 Marcelo Leandro Ferreira; Ministério das Relações Exteriores, o titular Carlos Fernando
285 Cueca e a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; Ministério do Desenvolvimento
286 Social e Combate à Fome, a titular Elyria Bonetti Yoshida; Ministério do Trabalho e
287 Emprego, a titular Fernanda Maria P. Di Cavalcanti; Ministério dos Transportes o titular
288 Rodrigo Marques de Oliveira; Secretaria dos Direitos Humanos, a suplente Laíssa da
289 Costa Ferreira; Associação Brasileira de Autismo – ABRA, a titular Telma Maria V. de
290 Albuquerque; Associação Brasileira de Ostomizados – ABRASO, o titular Rubens Gil
291 Junior; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do
292 Banco do Brasil e da Comunidade – APABB, o titular Pedro Leonardo da Luz Loss;
293 Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das
294 Pessoas Idosas e com Deficiência – AMPID, o titular Waldir Macieira da Costa Filho;
295 CNC, o titular Janilton Fernandes Lima; Conselho Federal de Arquitetura e Agronomia
296 – CONFEA, o titular Osvaldo Luiz Valinote; Federação Brasileira de Associações Cívicas
297 de Portadores de Esclerose Múltipla – FEBRAPEM, o titular Wilson Roberto Gomiero;
298 Federação Nacional das Apaes – FENAPAE, o titular Adinilson Marins dos Santos;
299 Federação Nacional das Associações Pestalozzi, o titular Liazair Alexandre Cassin;
300 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o titular Joaquin Santana Neto; Organização
301 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, o titular Moises Bauer Luiz. Ausências
302 Justificadas: Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF;
303 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. Ausências:
304 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Cultura; Ministério da
305 Educação; Ministério da Justiça; Ministério da Previdência Social; Ministério do
306 Esporte; Ministério da Saúde; Ministério do Turismo; Secretaria de Políticas para as
307 Mulheres; Academia Brasileira de Neurologia; Central Única dos Trabalhadores – CUT;
308 Confederação Brasileira de desportos de Deficientes Visuais – CBDV; Federação das
309 Associação de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA; Federação Brasileira das
310 Associações de Síndrome de Down. Os trabalhos da tarde se iniciaram com a
311 apresentação da Conselheira Elyria Bonetti Yoshida, representando o Ministério do
312 Desenvolvimento Social, sobre o Programa BPC na Escola e o andamento das ações a
313 ele relacionadas. Ela informou que existem reuniões sistemáticas sobre o BPC na
314 Escola, realizada por um grupo gestor interministerial, que coordena as políticas de
315 assistência social, de saúde, de educação e de direitos humanos. A Conselheira
316 informou que o BPC na Escola é um programa intersetorial com gestão compartilhada
317 entre as três esferas de governo (União, estados e municípios), com o objetivo de
318 promover a qualidade de vida e a dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos.
319 Relativo ao panorama da adesão, com 100% de adesão há 14 estados e mais o DF; na
320 faixa de 92 a 99% de adesão, estão os estados do Tocantins, Santa Catarina, Pará,
321 Maranhão, Rio de Janeiro e Goiás; de 65 a 86%, os estados do Rio Grande do Sul,
322 Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia; e abaixo de 50% de adesão temos o
323 Estado de São Paulo. A Conselheira informou ainda que em 2013 foram 489 mil
324 beneficiários do Programa, 19 mil a mais que em 2012 e está sendo avaliada a
325 permanência na escola. Após o debate, foi apresentado o relatório da Comissão de

326 Políticas Públicas (CPP), cujo primeiro item foi o convite da ANAC para que a CPP
327 avalie o projeto Pacto pela Acessibilidade da ANAC (Resolução 280/2013). Informaram
328 que a ANAC elaborou um questionário com o objetivo de conhecer a opinião dos
329 usuários e usuárias com deficiência a respeito das condições de acessibilidade no
330 transporte aéreo. O questionário está disponível no site da ANAC para ser respondido
331 até 30/11/2014. A CPP deliberou pela divulgação do questionário pelos conselheiros e
332 conselheiras do Conade. O segundo item do relatório foi a cartilha mencionada no
333 relatório da CCS, que a CPP foi unânime em avaliar como positiva, e decidiu pela
334 aprovação da cartilha, sugerindo pequenas correções gramaticais e ortográficas, além
335 da alteração do item 5, que trata da documentação para inscrição em processo
336 seletivo, pela retirada da solicitação de laudo médico no ato de inscrição, permitindo
337 que a deficiência seja auto-declaratória. Terminado o relatório da CPP, o Conselheiro
338 Moisés Bauer sugeriu que a cartilha fosse também editada no formato de nota técnica,
339 sugestão aceita pelo Pleno. O relatório da CPP foi aprovado por unanimidade. Na
340 sequência, o Conselheiro Pedro Loss apresentou o texto em apoio à Política Nacional
341 de Participação Social, conforme discutido no primeiro dia de Reunião. O Conselheiro
342 esclareceu que em torno de 10 pessoas debateram o tema após a conclusão dos
343 trabalhos do primeiro dia e que o texto gerado foi distribuído no início dos trabalhos da
344 manhã. O Conselheiro Pedro Loss leu a versão final do texto, endereçado ao
345 Presidente do Senado, manifestando apoio ao decreto que institui a Política Nacional
346 de Participação Social. Durante o debate, o Conselheiro Moisés Bauer fez um pedido
347 de vistas ao processo, dispositivo garantido pelo Regimento Interno, segundo o
348 Conselheiro. O Conselheiro Waldir Macieira ponderou que postergar a decisão até a
349 próxima reunião tornaria a pauta irrelevante, já que o assunto passaria em breve no
350 Senado. Também disse que o pedido de vistas não caberia, pois não se trata de um
351 processo em si, e sim de uma manifestação de apoio. O Conselheiro Moisés Bauer
352 disse discordar desta interpretação, já que, segundo ele, toda demanda que chega ao
353 Plenário se qualifica como um processo. O Conselheiro Isaías Dias ressaltou que o
354 objetivo da demanda é apoiar o decreto, não o documento em si, e que este pode
355 sofrer alterações e sugestões de melhoria antes de ser encaminhado. A Vice-
356 Presidenta do Conade, Ester Pacheco, sugeriu a votação com relação ao mérito do
357 decreto e o Conselheiro Moisés Bauer reforçou seu pedido de vistas, solicitando que o
358 item relevante do Regimento Interno fosse lido. O Conselheiro Waldir Macieira leu o
359 Regimento no que trata do pedido de vistas, esclarecendo que é facultado a qualquer
360 conselheiro fazer pedido de vistas, no prazo fixado pelo presidente, com o assunto a
361 ser obrigatoriamente pautado na reunião seguinte sendo apresentada num prazo de 48
362 horas. O pedido de vistas foi concedido e a mesa deliberou que a pauta entraria na
363 reunião seguinte. Na sequência, a Coronel Verônica Dantas Lúcias e o Sargento
364 Afonso Mota da Polícia Militar fizeram uma apresentação sobre o atendimento de
365 serviço de emergência para surdos e pessoas com deficiência auditiva. Os palestrantes
366 informaram que foram feitas sugestões de inserir aulas da linguagem de sinais na
367 grade curricular da Polícia Militar, bem como a implementação de software na central
368 190. A Conselheira Rosângela da FARBRA recomendou que fosse feito convite para
369 que a Polícia Militar retorne para uma segunda palestra para a Plenária e a Conselheira
370 Fernanda Cavalcanti sugeriu que não fosse o último item de pauta, pois a reunião fica
371 esvaziada. Após essas sugestões, encerram-se os trabalhos da 94ª Reunião Ordinária
372 do Conade.